



# II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, AS RELAÇÕES DE EMPODERAMENTO FEMININO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gabriela Martins Fonseca Reimão<sup>1</sup>

Raíra Cristina Santos Silva<sup>2</sup>

Rodolfo dos Santos Silva<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Por meio da Lei Federal 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004 o Programa Bolsa Família emerge como uma política pública governamental brasileira que visa minorar, de imediato, a pobreza, ao transferir renda às famílias pobres e extremamente pobres, em que o benefício é concedido, prioritariamente à mulher da família, que passa a ser a responsável familiar junto ao PBF.

Nesse contexto, conforme Barbosa (2007) a Economia Solidária surge como uma forma de organização e associação para possibilitar renda às mulheres que não estão incluídas enquanto trabalhadoras no mercado de trabalho, conseguindo reunir um perfil de mulheres entre 18 e 50 anos com grau de instrução que varia entre analfabetismo e ensino médio incompleto. Esse é um quadro que se repete nas periferias metropolitanas do país, onde essas associações e cooperativas estão sendo criadas (BARBOSA, 2007, p.114-115).

Segundo dados da PNUD (2017), no Brasil as mulheres têm menos chances de emprego, recebem menos do que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos de trabalho. Esta desigualdade de gênero, que começa prematuramente, deixa as mulheres em

---

<sup>1</sup> Assistente Social e pesquisadora do grupo Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária do Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: gabrielamartinsf@hotmail.com.

<sup>2</sup> Economista, acadêmica do 6º período de serviço social UNINTER e pesquisadora do grupo Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária do Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: rairacristinass@gmail.com.

<sup>3</sup> Economista, professor Dr. Curso de Serviço Social UNINTER e Coordenador da Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Estado e Cidadania. – Grupo de Pesquisa: A Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária.



# II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

situação desvantagem em relação a oportunidades de trabalho e à emancipação, ao longo da vida, se comparadas com o sexo masculino.

Desse modo, ao priorizar a mulher como responsável familiar, o Programa Bolsa Família incentiva o empoderamento no sentido na perspectiva de tomada de poder, ao mesmo tempo, que reitera os papéis de gênero construídos socialmente. Sendo assim, acredita-se que a estrutura do Programa Bolsa Família, direciona para além de uma tentativa de diminuição e erradicação da pobreza, uma transformação dos indivíduos, nas esferas sociais, educação, saúde e cidadania, além de possibilitar às mulheres a chance de se perceber como indivíduos autônomos inserida na sociedade.

## OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como o Programa Bolsa Família (PBF) tem contribuído no empoderamento das agentes beneficiárias, bem como, analisar a ampliação da autonomia econômica destas, tomando o sujeito mulher como centro da investigação. Além, de observar como essas mulheres através da Economia Solidária buscam superar suas dificuldades frente à conjuntura pandêmica, visualizando como oportunidade a criação de organizações ou associações produtivas comuns.

## METODOLOGIA

O percurso metodológico deste trabalho manifesta-se com aprofundamento teórico acerca dos conceitos de gênero, empoderamento e políticas sociais, aliado a métodos e técnicas de pesquisa, capazes de possibilitar subsídios suficientes sobre o fenômeno social estudado, em conformidade com o que se propõe analisar o processo de empoderamento e seus desdobramentos das beneficiárias do Programa Bolsa Família e, a possibilidade de organização dessas mulheres através da Economia Solidária como forma de superação de suas condições de pobreza, desemprego e miserabilidade. Através de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, associada a análise documental, que revelou possíveis caminhos para processo de empoderamento de mulheres, através da redução das desigualdades de gênero existentes no meio em que se inserem as beneficiárias do PBF e as possibilidades apresentadas pela Economia Solidária.

## RESULTADOS



# II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

Partindo-se do pressuposto de que o benefício tem trazido impactos diretos no acesso das beneficiárias frente aos mecanismos de desenvolvimento social, a compreensão acerca da percepção dessas mulheres enquanto agentes sociais e de que forma o empoderamento a priori verificado, é fundamental para o estudo da diminuição das desigualdades entre homens e mulheres com base nas diretrizes do Programa Bolsa Família. O fato de as beneficiárias receberem uma renda mensal fixa foi considerado como um ganho porque possibilitou a escolha da aplicação deste recurso na família. Pode-se afirmar, portanto, que, do ponto de vista do benefício financeiro, a política vem sendo eficiente em prover renda mínima às famílias vulneráveis. Ao mesmo tempo, em que a Economia Solidária surge como uma socioeconomia abrindo espaços para a participação da mulher em projetos alternativos comunitários, conforme Souza (2003) termo utilizado para designar a Economia Solidária, na década de 1980 no Brasil.

Carloto (2012) ressalta que a priorização das mulheres na percepção do recurso destinado pelo Bolsa Família, vem da capacidade daquelas na gerência da renda para a melhoria das condições de sua família, em particular, no cuidado das crianças naquilo que diz respeito à alimentação, compra de vestuário e material escolar e ainda, melhorias nas condições físicas do lar.

Malhotra, Schuler e Boender (2002) complementam esta afirmativa, indicando que na perspectiva familiar/interpessoal, o processo de empoderamento pode ser potencializado com a participação das mulheres na tomada de decisões, no controle sobre as relações sexuais e até mesmo no poder de decidirem sobre gravidez.

De acordo com Malhotra, Schuler e Boender (2002), os sentimentos de autoestima, independência e bem-estar psicológico são indicativos de empoderamento que o PBF gerou nas responsáveis familiares, o status que a posse do cartão confere às mulheres, pois a maioria delas nunca possuiu conta ou frequentou agências bancárias, sendo este um fator que valoriza e pode proporcionar um sentimento de legitimidade enquanto cidadãs.

Yunus (1997), através de seus estudos junto às periferias pobres de Bangladesh, percebeu esse empoderamento nas mulheres, quando passou a partir do Grameen Bank, conceder microcréditos a elas, diferentemente do que faziam todos os demais bancos naquele país. As ações do Grameen Bank, incentivaram o surgimento de diversos Bancos Populares, Comunitários e Solidários no Brasil, com créditos especificamente voltados para mulheres.



# II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

Segundo Barlett (2004), a conquista dos direitos está entre os primeiros indicativos do ciclo de empoderamento, devendo permear todos os níveis: individual, familiar e comunitário. Esse ciclo de empoderamento está presente em formas de organização como a Economia Solidária, que envolve novas relações econômicas, sociais, culturais e política, para as quais as mulheres são convidadas a darem a sua contribuição para o debate sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir?

De acordo com Singer (2002), Souza, Cunha e Dakuzaku (2003) e Arruda (2006) nessa organização solidária e partilhada, são as mulheres que passam a exercer o poder sobre o território em que vivem e trabalham, dando um norte para a direção em que se encaminharão os processos de organização da produção, distribuição e consumo e de, como serão partilhados conjuntamente os resultados desses diferentes processos. A relação com a natureza e o desenvolvimento sustentável são outras grandes contribuições que esse tipo de empoderamento e engajamento das mulheres na Economia Solidária possibilitam.

Freire (1992), ao definir empoderamento como uma transformação cultural, indica as relações do ganho de poder com a preocupação com a saúde e educação, pois para este, quanto maior for a preocupação com a educação e o grau de instrução, mais empoderadas são as mulheres.

## CONCLUSÃO

O Programa Bolsa Família numa perspectiva geral, “produz em suas beneficiárias, a dignificação do sujeito como sentimento pessoal, a partir de que sua função social do BF na forma de renda, é percebida, como um instrumento implementador de liberdade pessoal e interior daquelas que alcançam aquela renda” (REGO; PINZANI, 2014, 209).

As rendas obtidas pelas mulheres, através do Bolsa Família, dão a elas a possibilidade de alcançarem os primeiros passos na direção da autonomia e do processo autogestionário. A Economia Solidária surge como um instrumento para que essas mulheres possam atuar de forma consistente na construção de uma vida emancipada e digna, com impactos sobre a renda, sobre a sociedade com sustentabilidade.

Esse sentimento de dignificação alcançado por meio das percepções de uma renda, ainda que insuficiente, ocasiona impactos significativos no que diz respeito a identidade daquelas que se encontram as margens da sociedade, sendo importante a utilização desses instrumentos na



# II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



busca pelo processo emancipatório, não só das gerações atuais que enfrentam o cenário contracionista da pandemia atual, mas também das futuras gerações, para que percebam a economia solidária como um caminho promissor.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

CARLOTO, Cássia Maria. (2012), “**Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e Autonomia das Mulheres**”. Sociedade em Debate, Pelotas, 18(2): 121-130, jul-dez.

MALHOTRA, A; SCHULER, R. S; BOENDER, C. **Measuring women’s empowerment as a variable in international development. Norwegian: International Center for Research on Women/ The Gender and Development Group of the World Bank, 2002.**

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Desenvolvimento Humano para além das médias.** Brasília: PNUD/IPA/FJP, 2017. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2021.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, André Ricardo de Souza. CUNHA, Gabriela Cavalcanti. DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). **Uma outra economia é possível.** São Paulo: Contexto, 2003.

YUNUS, Mohammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2008.

WILLIAMS, Priscila. **O empoderamento feminino e as mulheres do Programa Bolsa Família.** Três Pontos, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.18-31, jun. 2014. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2021.